

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO  
- BRASILEIRA – UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL  
BACHARELADO EM HUMANIDADES

**PAULO JOÃO BAPTISTA FUNGULANE**

**OS BENEFÍCIOS DA LEI 10.639/03 NO COMBATE AO PRECONCEITO  
RACIAL NAS ESCOLAS PUBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE  
MARACANAÚ/CE**

**REDENÇÃO – CE  
2017**

Paulo João Baptista Fungulane

**OS BENEFÍCIOS DA LEI 10.639/03 NO COMBATE AO PRECONCEITO  
RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE  
MARACANAÚ/CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus de Redenção – Ceará, como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof. Dr. Carlos Subuhana

REDENÇÃO – CE

2017

Paulo João Baptista Fungulane

OS BENEFÍCIOS DA LEI 10.639/03 NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE MARACANAÚ/CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Redenção – CE, 21 de Dezembro de 2017.

Nota:

**BANCA EXAMINADORA**

---

ORIENTADOR: Professor Doutor Carlos Subuhana  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Professor Doutor Luis Tomas Domingos  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Professora Doutora Eliane da Costa Santos  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda [...]. (Paulo Freire, 2000)

## DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar este trabalho a minha mãe, a senhora de todas as minhas forças e minha educadora desde o primeiro dia, e desde o nosso primeiro encontro, pois sempre me alertou que acreditar que devemos sempre seguir o que o coração manda e que antes de seguir um caminho devemos ter a certeza que é o caminho que o nosso coração pretende seguir. Pois, nada serve estar no caminho certo enquanto o seu coração estiver infeliz. A Senhora Bernadete Marisa Fungulane senhora minha mãe dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer primeiramente a Deus por ter me guiado até esse momento de suma importância para a minha formação acadêmica e individual. Ao meu pai Marinho Fungulane, por ter sido aquele que sempre que eu estivesse errado ou perdido acreditou em mim como um verdadeiro pastor cuida das suas ovelhas e por ser para além de pai um amigo e um irmão mais velho que não tive.

Ao professor Carlos Subuhana, para além de ser meu orientador, por ser meu mentor, como mentor também de outros estudantes moçambicanos e de demais nacionalidade aqui na UNILAB, pois chegamos aqui sem um rumo e é sempre bom ter alguém que possa nos orientar.

Aos meus colegas do projeto de extensão “Cidadania e Interculturalidade Lusófona no Maciço de Baturité, Ceará, Brasil” pela confiança de poder me ter na equipe (Helena de Jesus Gunza, Hermelindo Silvano Chico e Joel Leroy dos Prazeres Napita).

Ao meu irmão Marlo Fungulane que olha para mim com um olhar de esperança e de um exemplo a seguir.

Aos meus familiares que direta ou indiretamente contribuíram para este momento.

À família que pode fazer aqui em Redenção/CE, pelo suporte e motivação para não desistir e todos os meus amigos o meu muito obrigado.

## Índice

1. APRESENTAÇÃO .....	1
2. PROBLEMÁTICA.....	2
2.1. OBJETIVOS .....	5
2.2. OBJETIVO GERAL .....	5
2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	6
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
4.1. RACISMO .....	8
4.2. PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	10
4.3. A LEI Nº 10.639/03 .....	13
4.4. A EDUCAÇÃO E SUAS FUNÇÕES NO INDIVÍDUO .....	15
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
5.1. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	23
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES .....	25
7. RESULTADOS ESPERADOS.....	25
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	27

## 1. APRESENTAÇÃO

As atitudes de discriminação e preconceito racial que a comunidade negra brasileira e estrangeira passa está ligada a diversos fatores, entre elas uma suposta 'superioridade racial' que ouvimos e vemos todos os dias em diversos ambientes sociais.

Importa, deste modo, discutir as origens e os conceitos relativos ao racismo e apontar como a sociedade brasileira se organizou e se organiza, para desconstruí-los e enfrentar, nos mais diversos níveis, as suas consequências, com uma maior atenção às crianças e adolescentes que frequentam o ensino médio (público e privado), pois neles esse tipo de prática existe, mesmo que seja de forma ingênua ou involuntária.

Nos últimos anos, assistimos ao nascimento de Leis educacionais que enfatizam o trato da diversidade sociocultural nos currículos escolares. Tais legislações atendem a reivindicações históricas dos movimentos sociais organizados, sobretudo os movimentos negros e indígenas. Dessa forma, tanto a Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e culturas africana e afro-brasileira na educação básica, quanto a Lei 11.645/08, que, ao lado dessa temática inclui também a questão indígena como componente curricular obrigatório, põe em evidência a diversidade cultural – e étnico-racial – que nos identifica ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de promovermos uma oportunidade da educação das relações étnico-raciais, no Brasil.

A criação da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. A Lei 10.639/03 tem como objetivo principal promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens e culturas do povo brasileiro. Devemos nos empenhar no resgate e reconhecimento da história e da construção da nação brasileira e as diversas contribuições e encontros culturais, assumindo com exatidão a forma como o território foi construído, de onde vêm suas raízes, sua cultura, sua ancestralidade.

A escola se torna assim como peça fundamental para a reescrita e a revalorização da história negada e/ou negligenciada pela força das circunstâncias. Pois a escola é um local de construção do indivíduo e/ou cidadão, não só do conhecimento, como também da identidade, de valores, de afetos. É lá que o indivíduo aprimora ainda mais o que é, sendo moldado conforme a sociedade em que vive.

Uma das formas de vermos a Lei 10.639 ser realmente aplicada, quer no ambiente educacional quer fora dele, é através da transversalidade dos conteúdos curriculares em cada programa pedagógico, ou seja, nas distintas disciplinas que compõe o currículo escolar. O Brasil, como bem sabemos, é formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas. Contudo, não conseguimos ver até que ponto essa tríplice herança aparece nos materiais didáticos produzidos e aplicados no sistema educacional brasileiro. Por isso, ter como meta a efetiva realização das vantagens dessa Lei, é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Com isso, partimos do pressuposto de que a Lei 10.639/03 torna-se essencial como forma de preservação e construção da cultura e educação brasileira, que vem sendo repassada desde os seus ancestrais, até os dias atuais. No meu entender, essa Lei seria uma das formas de recuperação de raízes brasileiras.

## **2. PROBLEMÁTICA**

Antes de tratarmos sobre os benefícios da lei 10.639/03 no ambiente escolar, se faz necessário fazer uma reflexão sobre as relações raciais no Brasil e entender como ao longo da história essas relações foram se estabelecendo, culminando com a realidade que se vivencia atualmente no Brasil.

De acordo com Domingues (2005), discutir a temática das questões raciais, no âmbito da realidade social brasileira, é indispensável para compreendermos como se deu o legado do racismo no pós escravidão, porque ao longo da história do país foi sendo construída a ideia de “democracia racial” que, a rigor, segundo Domingues, significa “um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um

sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. (DOMINGUES, 2005, p. 166). Trata-se de uma ideia que alimenta o imaginário social na sustentação da seguinte afirmação: “somos todos iguais”, e as diferenças de oportunidades, sejam elas quais forem, entre pessoas de várias origens sociais, étnicas e raciais, são encaradas como “falta de esforço próprio” ou aquilo que conhecemos como meritocracia.

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve partir do princípio de que aqui o racismo é um tabu, pois os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa ideia de civilidade tem raízes profundas na história do Brasil e pode ser verificada desde que foi abolida a escravidão (GUIMARÃES, 1999 apud EURICO, 2013, p. 294).

Como esperar um nível de desenvolvimento social equivalente de uma população que após quase 400 anos de escravidão foi literalmente jogada nas ruas sem nem uma expectativa de vida, sem trabalho, sem acesso à educação e a alimentação dignas? De maneira sintética essa foi a realidade da população negra após a “abolição da escravatura”, e foi nesse contexto de extrema vulnerabilidade que essa população resistiu e aos poucos foi conquistando novos espaços sociais.

É preciso destacar que embora a dinâmica social do Brasil seja diferente hoje, muitas das relações sociais vivenciadas ainda sustentam-se nos resquícios deixados pela escravidão, e que grande parte dessa população negra ainda sobrevive sem as condições necessárias para uma vida saudável e que lhe garanta equidade social.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. (CARNEIRO, 2010. P.1)

Embora a ideia democracia racial ainda seja muito presente no imaginário social, ao analisar as pesquisas realizadas com a população brasileira é perceptível a consciência das pessoas acerca do racismo, que por muitas décadas perduram na realidade da sociedade brasileira.

Diante dessa triste realidade a escola se apresenta como uma grande potência no combate às discriminações, porém acaba agindo como um reflexo

da realidade que vive. Uma educação de qualidade precisa ser uma educação cidadã que valorize a diversidade dos sujeitos. Essa valorização não pode acontecer apenas em datas comemorativas, mas deve ser uma prática diária que envolva professores e alunos tendo como maior objetivo a construção de uma sociedade mais justa para todos onde se possa reconhecer que a diferença não é algo negativo.

É da relação entre educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre os educandos/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade. “A diversidade”, devidamente reconhecida, é um recurso social dotado de alta potencialidade pedagógica e libertadora. A sua valorização é indispensável para o desenvolvimento e a inclusão de todos os indivíduos. (PASSADOR, 2009)

A falta de representatividade nos mais diversos âmbitos e espaços sociais e o bombardeamento de ideias negativas sobre o ser negro/negra são verdadeiros inimigos na construção de uma identidade positiva, essa construção começa ainda na infância e para uma criança negra sentir orgulho de si torna-se muito mais complicado vivendo em uma sociedade que diz que sua cultura e ancestralidade são inferiores e menos importantes.

A história oficial do Brasil reservou ao negro um espaço que começa e termina na escravidão e sobre a civilização negro-africana espalhou-se uma nuvem de preconceito, exotismo e esquecimento, que é reproduzida até hoje quando ainda se apontam as culturas africanas e indígenas como primitivas. Assim, afirmar a identidade negra faz parte de um processo de ruptura com os estigmas históricos dessa população que foi inferiorizada e subjugada diante de um ideal estético-cultural eurocêntrico, desde o Brasil colonial. (SANTOS, 2012)

É nesse contexto que a Lei 10.639/03 se insere para trazer um debate diferenciado sobre a história do negro no Brasil, reconhecendo as desigualdades étnico-raciais e auxiliando os alunos na construção de uma postura crítica diante dessa realidade, fazendo-os pensar em estratégias de combate ao racismo e a reflexão do que é ser negro em no país. Para os professores e professoras é indispensável que se faça uma releitura dos processos históricos que deram origem a sociedade brasileira e que possam reconhecer e valorizar as formas de luta e resistência dos povos negros e indígenas para que assim possam elaborar planos de ação para a inclusão desses temas no espaço escolar.

## **2.1. OBJETIVOS**

A escola, como instituição social, é responsável pelo processo de socialização de todos os sujeitos que a ela recorrem, a exemplo das crianças, e, nesse sentido, é através dela que se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares e, inevitavelmente, de diferentes matrizes culturais. Esse contato entre diferentes poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças de várias origens sociais, étnicas e raciais numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança, seja ela negra ou indígena por exemplo, adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social.

As discriminações no interior da escola contrapõem a comum afirmação de que a escola é o lugar da igualdade. A escola, ao mesmo tempo em que é vista como uma via de acesso à cidadania, à capacidade crítica, ao mercado de trabalho, também é considerada como um mecanismo de exclusão social.

Com o passar do tempo e como forma de combater a ideia acima foi criada uma lei que dá mais espaço as crianças de várias origens sociais, étnicas e raciais a conhecerem a história e cultura uma da outra por forma a respeitar as suas diferenças e a viver em ambiente mais saudável.

Partindo do pressuposto de que a postura como o educador lida com um determinado tema, pode implicar a maneira como o educando vai perceber e como o mesmo vai aplicar aquilo no seu dia a dia, constituem objetivos desta pesquisa:

## **2.2. OBJETIVO GERAL**

- Verificar como está sendo aplicada as leis 10.639/03 nas escolas públicas e seu benefício para o combate ao Preconceito Racial nas mesmas;

## **2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a inserção da Educação sobre relações étnico-raciais como componente curricular obrigatório em todas as disciplinas do currículo, nas práticas pedagógicas cotidianas e nos projetos escolares;

- Refletir sobre a preparação do professor para a construção de práticas pedagógicas que desmistificam o ensino de História africana e afro-brasileira;
- Avaliar percepções sobre atitudes de preconceito e discriminação no ambiente escolar;
- Analisar a abrangência e incidência do preconceito e da discriminação Étnico-racial

### **3. JUSTIFICATIVA**

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. Um dos elementos mais sonantes no meio acadêmico da UNILAB é a integração que vem do termo latim *integratio*. Podendo ser considerado como sendo a ação e efeito de integrar ou integrar-se (constituir um todo, completar um todo com as partes que faltavam ou fazer com que alguém ou algo passe a pertencer a um todo). Fato este que permite que exista dentro da universidade uma grande miscigenação de culturas. A UNILAB tem como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Devido a esse grande número de tipos de origens culturais que compõem o projeto UNILAB, muitos dos projetos de pesquisa, intercâmbio, e extensão são ligados a temática da Cultura e História Afro-Brasileira, como é o exemplo do projeto de extensão “Cidadania e Interculturalidade Lusófona no Maciço de Baturité, Ceará, Brasil” no qual faço parte.

Sendo a UNILAB uma instituição de ensino e pesquisa, que reúne docentes, discentes e técnicos administrativos de várias origens socioculturais e históricas - África, Ásia e Brasil, fica justificada e legitimada sua liderança nesse

processo de difusão do conhecimento sobre temáticas africanas e asiáticas na macrorregião do Maciço de Baturité/Ceará. O projeto “Cidadania e Interculturalidade Lusófona no Maciço de Baturité, Ceará, Brasil” almeja expor a cultura entendida como expressão simbólica, mas também como um vetor para o desenvolvimento e um direito à cidadania que visa a interação entre as mais variadas culturas dos países presentes na Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, com a comunidade do Maciço de Baturité.

De salientar que a interculturalidade, entendida como um projeto em construção de sociedade, na qual as pessoas se reconhecem a si mesmas e estabelecem o diálogo, valorizando as diferenças e os conflitos daí gerados, nutre-se de perspectivas interdisciplinares para compreender o fenômeno da diversidade cultural, apostando em mudanças na educação, em sua acepção mais ampla. O projeto é coordenado pelo professor do Instituto de Humanidades e Letras (IHL), Carlos Subuhana e conta com participações dos estudantes Helena de Jesus Gunza, Hermelindo Silvano Chico e Joel Leroy dos Prazeres Napita.

Uma das primeiras escolas a ser beneficiadas pelo projeto foi a escola pública Adauto Ferreira Lima - Maracanaú. A EMEIF Adauto Ferreira Lima EMEIF está localizada na Av. Contorno Leste, SN, Conjunto Timbó na cidade de Maracanaú. A escola da rede municipal possui 488 alunos no ensino Infantil e Fundamental segundo o censo escolar de 2014. A quando da nossa primeira ida a escola foi proposta uma roda de conversa com os estudantes, com perguntas e respostas sobre a África no geral. Grande parte das perguntas fez nos perceber que os estudantes da escola pouco ou quase nada sabiam sobre a África, e que tudo que eles tinham conhecimento sobre o continente Africano compram da mídia, algo que nos levou a refletir sobre como aquela desinformação poderia provocar atitudes de preconceito e discriminação tanto no seio escolar como no familiar. De lembrar ainda que o Brasil já conta com uma lei da obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Daí nasce a possibilidade de uma pesquisa para saber até que nível está sendo essa obrigatoriedade, se está sendo aplicada e quais os benefícios da mesma para a escola, para os estudantes, e para comunidade que a compõem.

## **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

As principais questões teóricas deste projeto de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são racismo e o preconceito racial. Outros temas como cultura, educação, a LEI N° 10.639/03, entre outros, serão abordados a partir das questões principais.

### **4.1. RACISMO**

A diversidade humana sempre existiu e a história revela os percalços da difícil convivência entre os diferentes, hoje em uma sociedade democrática que pressupõe liberdade, igualdade de direitos existe efetivamente interação e integração da diversidade? O que nos leva a classificar pessoas? Produzir hierarquia? E diferentes atribuições de valor? Essas perguntas nos levam a pensar em situações de discriminação e preconceito em sua grande parte preconceitos raciais, ou seja, o Racismo. Num país como o Brasil em que a diversidade racial é extremamente elevada encontramos segundo o IBGE 54% da população que se autodeclara parda e negra, verificamos que esse grupo de pessoas vem sofrendo preconceitos raciais principalmente as crianças nas escolas.

A palavra racismo indica comportamento hostil, ou seja, que se posiciona contra algo ou a alguém. O racismo surgiu no Ocidente no século XVIII quando começaram a pesquisar para tentar explicar as ações do povo europeu durante o período colonial, e eles explicavam-se levando em consideração a religião e a cultura. Segundo Santos (2001), “o racismo ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais”. O racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. (Cf. SANTOS, 2001; MUNANGA, 2000)

O termo racismo originaria da palavra raça, que durante muito tempo sofreu variadas mudanças. De acordo com Munanga (2000), o conceito de racismo foi criado por volta de 1920, “com diversas leituras e interpretações. Este

Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum.”

Podemos assim afirmar que a raça e o racismo estão estreitamente ligados entre si, percebe-se que seria difícil falar do racismo sem ter abordado o conceito de raça, se o racismo está incluso no conceito de raça, então, pode-se dizer que ainda a definição da raça pode ser encontrada a partir do termo racismo, ou então, ampliar mais a compreensão dos conceitos. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA, 2000)

Sendo assim, podemos afirmar que o racismo é a hierarquização baseada na ideia de relações de poder, isto é, um grupo se considera racista, algo que automaticamente vai fazer ou vai permitir a limitação de oportunidades de vida do grupo subordinado, podemos ainda afirmar que essa limitação vai desencadear nos grupos subordinados uma luta pelos direitos individuais e coletivos do seu grupo.

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Tendo essa noção do termo racismo, pode-se afirmar que quando se trata de crença a situação racial tem mais conteúdo que perpassa a diversidade humana, ou seja, existem fatores sociais, traços culturais, linguísticos, religiosos no imaginário de indivíduo racista para inferiorizar naturalmente o diferente do grupo que ele pertence. Neste caso, são crenças nos conceitos de raças que apresentaram falhas de acordos com estudos realizados nalguns ramos da ciência como é o caso de zoologia, biologia, antropologia, etc. (MUNANGA, 2003)

Munanga (2003) argumenta que o racismo é a tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. As teorias que fundamenta o racismo, segundo Munanga, são as mesmas que deram origem a raça. Entretanto, cientificamente foi aprovada que a raça não existe, o racismo surge para legitimar as afirmações desaprovadas com base na crença.

Uma das teorias que fundamenta o racismo é mitológica.

A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes dá risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. (MUNANGA, 2003, p. 8)

De acordo com Nilma Lino Gomes, o racismo pode ser caracterizado como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (NILMA, 2005, p.52)

O racismo está presente em todos os setores sociais, e se manifesta em níveis individuais e institucionais. Estudos como o de Gomes (2005) apontam que o racismo institucional é o mais perverso, pois atua em instituições profissionais e educacionais. Nos espaços educacionais, o racismo institucional pode também, ser manifestado por meio dos materiais didáticos, que muitas vezes mostram o negro de forma estereotipada, colocando-o em desvantagem na sociedade brasileira.

#### **4.2. PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

O ambiente escolar é tido por muitos como um verdadeiro campo de guerra onde jovens e crianças vão atrás de conhecimento, e muitas vezes sem querer acabam por aprender a ser preconceituosas ou então a praticar o racismo. Para Mendes (2010), a palavra preconceito é formada pelo prefixo latino “pré” (anterioridade, antecedência) mais o substantivo “conceito” (opinião, reputação, julgamento, avaliação). O preconceito é, portanto, o conceito formado

antes de se ter os conhecimentos necessários; é a opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação.

Preconceito, ou seja, conceito de algo que não conhecemos ainda, conceito que fazemos de imediato. É assim que tudo começa se não conheço e faço meus próprios conceitos posso fazê-los bom ou ruim isso pode variar de acordo com os estereótipos que possuo em minha bagagem cultural, pois nenhum ser humano nasce preconceituoso. O preconceito é aprendido quando ainda estamos passando pelo processo de socialização no seio da família, e nas entidades sociais tais como a igreja e a escola.

Para Gomes (2005) preconceito racial sustenta a ideia da superioridade de uma raça em relação à outra, é algo formado a partir de crenças e juízos de valor que o homem sustenta sobre as diferenças raciais. É uma atitude sem reflexão, uma prática fundamentada na superioridade racial e conseqüentemente ignora e tem como inferior tudo que está relacionada à outra etnia. A diferença de cor neste caso torna-se uma justificativa para que pessoas preconceituosas a utilizem para julgá-los.

O preconceito é tão forte que ainda leva os alunos e alunas ao fracasso e a evasão escolar mesmo com uma lei que os ampare de toda intolerância racial que é a Lei nº 12.288 de julho de 2010 que garante à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. A lei existe e dá ao negro todos os direitos que qualquer cidadão deve possuir, o problema é que a mesma não é cumprida, vemos preconceito sendo cometidos todos os dias sem distinção de idade e sexo.

As vezes podemos chegar a uma escola e encontrar um aluno ou aluna que se assume como sendo negro com cabelo duro, ao assumir ser negro e com cabelo duro os seus colegas de outra cor, na sua maioria na cor mais dominante, fazerem piadas daquele elemento de diferença, algo que influencia diretamente no desempenho acadêmico pois, por mais que o estudante que sofre o preconceito seja dedicado não vai se sentir à-vontade para se expressar na sala de aula. Oliveira explica que:

[...] uma imagem de negro (“preto”) como um ser que “vale menos”, que tem “direito” a “menos”, que “é menos” do que aquele que não o é. Uma imagem que permeia a relação entre os alunos e que configura formas de relação entre “não-pretos” e “pretos” em que, muitas vezes, os primeiros se colocam incondicionalmente acima dos segundos e fazem de tudo para marcar esta “diferença que desvaloriza” (OLIVEIRA, 2007, p. 61).

De acordo com Ortiz (2005), o preconceito está presente na escola, já nas séries iniciais, a falta de materiais que tragam imagens positivas do negro, demonstra a discriminação sofrida pelas crianças na escola. Muitas vezes o preconceito em sala de aula é omitido pelos próprios professores que preferem se calar ao invés de discutir o assunto e propor alternativas para que ele seja erradicado.

A escola ajuda a manter esta situação, pois quando omite os preconceitos afirma não haver desigualdades entre os alunos. Sendo assim, não há mobilização por parte da instituição no sentido de preparar os professores para lidar com situações discriminatórias na sala de aula.

O racismo não só prejudica quem sofre, mas a todos os alunos presentes nas salas de aula de todo o país. A sua prática pode gerar conflitos, desunião, principalmente quando o/a professor/a não toma atitudes frente a estes fatos. A negação ou apatia do/as educadores em procurar soluções, as situações preconceituosas entre as crianças, reforçam os estereótipos e preconceitos (ORTIZ, 2005).

Os colegas de classe através de apelidos e palavras fúteis usam as referências negativas sobre a cor negra para ofender seus próprios colegas em momentos de brigas. Na maioria das vezes, não são chamados atenção e continuam agindo dessa forma. Por outro lado, os alunos vítimas dessas atitudes tendem a se calar e se isolar por não encontrar apoio do professor. Quando acontece de reagirem contra outros que lhes falarem mal, são advertidos e criticados. O professor se apresente neste momento como um elemento fundamental neste processo de combate ao preconceito racial dentro da sala de aula e do recinto escolar através da capacitação profissional, para trabalhar as diversidades étnico-raciais, com objetivo de ampliar seus conhecimentos e proporcionar orientação de trabalho com os alunos. Construir um currículo

multicultural é respeitar as diferenças raciais, culturais, étnicas, de gêneros e outros.

Pensar num currículo multicultural é opor-se ao etnocentrismo e preservar valores básicos de uma sociedade. Diante disso, é importante que os professores conheçam a comunidade que os alunos fazem parte e assim os torne livre de atitudes preconceitos e discriminação.

#### **4.3. A LEI Nº 10.639/03**

A lei nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, provem da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecida na lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, na forma do Art. 26, para somar ao currículo oficial o ensino obrigatório da “História e Cultura Afro-Brasileira” dentro da Rede de ensino dos níveis fundamental e médio às instituições da rede pública, e particular. Ao que se refere ao conteúdo dado em sala de aula, devem ser abordados além da história da África, a luta dos Negros no Brasil, a cultura negra, tal como a papel dos negros na formação do Brasil, e suas contribuições em diversas áreas: social, econômica e política.

É papel do Estado, como também de toda a sociedade, acadêmica ou não, fomentar medidas reparadoras que procurem desconstruir a cultura do racismo que está impregnada nas raízes sociais do Brasil, num leque de cor, classe e gênero, construído desde o século XVI com o tráfico atlântico negreiro, o que constrói indiscutivelmente uma dívida história com o povo negro a sua inserção nos piores índices sociais do país.

Não é por falta de luta e de militância negra, que os projetos políticos e sociais de viés reparatório não alavancam tanto quando poderiam e deveriam. Sida a lei promulgada ao início de 2003, já apresenta mais de 14 anos de atividade e até agora são poucas as escolas que a põe devidamente em prática. É de se pensar que esta seria demasiada recente, por tamanha falta de aplicabilidade nos centros educacionais destinados.

É uma conquista constitucional, mas trava nas armações duras do sistema educacional quanto a funcionamento, repasse de material didático e

principalmente preparo profissional. Para MEC é importante destacar que essa lei ainda foi formulada primeiro do que a Lei 12.288/10 que institui o Estatuto da Igualdade Racial que entra em vigor só no ano de 2010, esse estatuto tem um papel importantíssimo para o combate à discriminação racial em suas mais diversas esferas, pois busca garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A referida lei foi conquistada por meio de muitas lutas dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, que a muitos anos vem lutando visando políticas públicas para o reconhecimento, a igualdade racial e, de certa forma, reparar uma dívida histórica da população brasileira com os negros e negras. Vale ressaltar que já se passou pouco mais de uma década desde a sua promulgação, e até hoje podemos perceber que ainda há uma grande resistência acerca do debate sobre práticas de racismo, desigualdade e discriminação racial no espaço escolar. Levar tais discussões para sala de aula requer pesquisa e estudo, Cavalleiro (2006) aponta que a Lei 10.639/03 não é algo tão simples de ser posta em prática, a escola deve ter uma boa proposta pedagógica, assim como materiais adequados que possibilitem aos alunos e alunas, de maneira respeitosa, um debate amplo mostrando-lhes que a questão racial é um problema de todos, e que precisa ser discutido por toda a sociedade, independentemente de cor, raça ou etnia.

Tendo em vista que a escola é um espaço de grande influência na vida das crianças, pois é onde elas aprendem desde cedo a construir valores. Cavalleiro (2006) nos mostra que a temática racial ainda é vista no espaço escolar como uma maneira de inferiorizar crianças negras, desta maneira a escola busca calar-se diante deste debate e assim permite que cada um construa um entendimento estereotipado do outro, e é nesse sentido que muitas crianças são alvo de atitudes preconceituosas e racistas.

A quantidade de alunos negros em escolas públicas municipais, estaduais, é esmagadoramente maior que a quantidade de alunos brancos. Chegando a 56,4% dos estudantes. São esses mesmos alunos negros que são obrigados a aprender a história da Europa, das “Grandes civilizações”, dos

grandes heróis – europeus, tudo que estudam sobre a história da África são as civilizações mesopotâmicas, em destaque o Egito, e somente porque o norte da África está localizado no contexto social, mas principalmente mercantil do Mar Mediterrâneo. Junto ao sul da Europa, e Oriente Médio.

São ignoradas completamente as dinastias e reinos igualmente suntuosos que floresceram na África Subsaariana – também chamada de África Negra, como os reinos de Mali e Gana, e percebe-se o porquê da exclusão. Todo este processo de preconceito e discriminação pelos quais os afros descendentes hoje enfrentam, começa no passado, quando no primeiro contato dos europeus com os africanos, pois se deu o confronto de culturas totalmente diferentes. Começam aí as dificuldades de se aceitar as diferenças. Os europeus, quase sempre emprestaram um aspecto de inferioridade aos povos da região. O psiquiatra Frantz Fanon, ao investigar os impactos psicológicos do processo de dominação europeia na África, afirma que “O negro nunca foi tão negro quando a partir do momento em que foi dominado pelos brancos” (FANON, 1983: p.212).

São poucos os professores capazes e com preparo suficiente para abordar temas ligados à África, sua riqueza em etnias, linguagens, e seu pluralismo pré-colonial. A Lei 10.639/03, traz consigo não só uma reestruturação para a educação do Brasil, mas o reconhecimento de uma história de resistências, de luta, reconstruída a partir da negação de todos os valores transversos do negro no Brasil, onde sempre esteve exposto as consequências anuladas pela história, onde muitos fatos foram despercebidos ou até mesmo ignorados. Recompondo dessa forma, toda historiografia do negro no Brasil.

#### **4.4. A EDUCAÇÃO E SUAS FUNÇÕES NO INDIVÍDUO**

A educação é a forma ou meio que a sociedade considera infalível para formação do homem, desta forma podemos afirmar que a educação é o processo de socialização dos indivíduos. Ao receber educação, a pessoa assimila e adquire conhecimentos. A educação também envolve uma sensibilização cultural e de comportamento, onde as novas gerações adquirem as formas de se estar na vida das gerações anteriores. A que salientar que a educação está extremamente ligada aos valores éticos e morais do indivíduo, pois de uma forma empírica afirmamos que um indivíduo que não respeita esses valores dentro de

uma sociedade é considerado como sendo um mal-educado ou sem educação. A ética como elemento essencial na prática educativa, pois, segundo afirmação de Paulo Freire, “nos tornamos capazes de comparar, de intervir, de decidir, de romper, por tudo isso, nós fizemos seres éticos” (FREIRE, 1996, p.16), em outras palavras, somos seres histórico-sociais e, portanto, nos colocamos pela ética, respeitando a capacidade de cada um. Freire afirma ainda que:

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito... (FREIRE, 2009, p.28)

Segundo Freire a educação é uma forma de mudar o mundo, mas ela por si só não pode transformar o mesmo, isto é, a educação precisa de alguém que acredite nele e que tenha esperança para quem conjunto possam transformar o mundo é como se de um carro se tratasse, pois, todos sabemos que o carro se movimenta ou anda mais o mesmo por si só não pode se movimentar precisa de alguém para o orientar ou nortear. Algo que Coreth (2007) também declara: “Não há para o homem autorrealização sem realização do mundo, auto experiência sem experiência do mundo, nem auto compreensão sem compreensão do mundo. Faz parte da natureza do homem ser no mundo e ter um mundo.”

Seguindo a ideia de Paulo Freire (2009), acreditamos no professor capaz de coordenar a ação educativa; no educando como agente sujeito participante; na escola como currículo de cultura; e na sala de aula como espaço de diálogo. É em função desses pressupostos que queremos participar das reflexões para a construção da escola que oferece uma educação em que as pessoas vão se completando ao longo da vida, uma educação capaz de ouvir as pessoas, participando dessa realidade, discutindo-a, e colocando como perspectiva a possibilidade de mudar essa realidade.

Paulo Freire (1975) expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para

pensar. Ele que sempre acreditou na capacidade criadora dos homens e mulheres, e pensando assim é que apresenta a escola como instância da sociedade. Paulo Freire diz que “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade” (FREIRE, 1975, p. 30).

Reconhece a presença do oprimido e do opressor, ao que convida-nos a essa libertação, inicialmente pela libertação do opressor que reside em cada um, para então conseguirmos pela marcha popular libertar todos os homens.

#### Nas considerações de Paulo Freire

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126)

Reconhecemos o papel que tem a escola para homens e mulheres, sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação. Segundo Freire (1991 apud GADOTTI, 2006) “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”.

Tal afirmativa conduz a realização de uma prática pedagógica não apenas ao nível da escola, mas também, da comunidade de inserção dos sujeitos, portanto a valorização da experiência cotidiana como forma de transformação na medida em que se torna capaz de responder às necessidades, nas próprias especificidades culturais, resultado da vida do povo.

Assim, a educação é compreendida como instrumento a serviço da democratização, contribuindo pelas vivências comunitárias dos grupos sociais, no diálogo, para formar pessoas participantes. A reforma da educação e a reforma da sociedade andam juntas, sendo parte do mesmo processo.

Nesse sentido, Paulo Freire (1991) apresenta-se como o educador que ao pensar o homem, a sociedade e suas relações, preocupou-se em discutir a educação brasileira e pensar meios de torná-la melhor mediante o compromisso e a participação de todos, na perspectiva de uma educação libertadora capaz de contribuir para que o educando torne-se sujeito de seu próprio desenvolvimento, diante da presença orientadora que tem o educador.

Para este educador, a educação é ato de amor e coragem, sustentada no diálogo, na discussão, no debate. O que requer o olhar para os saberes dos homens e mulheres, já que não ignoramos tudo, da mesma forma que não dominamos tudo. Cabe a nós a compreensão de que a história é um processo de participação de todos, e neste sentido é na escola que encontramos mais um lugar privilegiado para o ensino e a aprendizagem. Local que deve ser constituído pela sua natureza e especificidade.

A comunicação entre educador e educando, na partilha de suas experiências pelo diálogo, abre caminhos para uma participação responsável. O diálogo implica reconhecimento do outro, através do respeito a sua dignidade, o que só é possível entre pessoas, e o qual se fundamenta na democracia.

Paulo Freire (1991) traz para a escola o princípio da relação professor-aluno. Muitas vezes, como em nossa vida social, tem se apresentado também, envolvida pelo autoritarismo, a ausência do diálogo, exigindo de todos, a aprendizagem da democracia, através da dialogação entre alunos, pais e professores, transformando a vida escolar em assunto de todos os envolvidos, assim como a vida política é assunto de toda a sociedade.

Para tanto, propõe uma educação transformadora, educação para a democracia pela participação de todos, calcada no homem livre, racional, capaz de promover mudanças através do consenso entre grupos e classes sociais, por meio de reformas histórico-culturais, ou seja, no pensar a realidade do trabalho humano como uma obra de cultura, um ato cultural.

Assim, compreender a cultura como processo histórico pelo qual o homem se relaciona com o mundo transformando-o com os outros homens, reconhecendo e transformando a natureza e a si próprios. Representando a

somatória de toda a experiência, criação e recriação ligada ao homem no seu espaço de hoje e na sua vivência de ontem, configurando-se como a real manifestação do homem sobre e com o mundo. Portanto, compreendendo que a cultura é tudo o que é criado pelo homem.

Desta forma, é relevante considerar o homem inserido na cultura por ele constituída, compreendendo as relações que se estabelecem na escola. Em que o professor perceba que cada indivíduo, deve despertar para a consciência de sentido do seu existir, devendo a ele o respeito com a necessária competência e compromisso pedagógico, o que deve servir de referência na organização e valorização do quefazer escolar. Perceber a existência de duas culturas, a do educando e a do educador, numa sociedade competitiva e de contradições.

De acordo com o Kant (1999) o ser humano se torna verdadeiramente humano através da educação, podemos salientar ainda que a sociedade moderna atribui grande importância a educação, afirmando ainda que esta pode ser permanente ou contínua, isto é, o processo educativo não se limita à meramente à infância e à juventude, já que o ser humano deve adquirir conhecimentos ao longo de toda a sua a vida.

“A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino”. (Kant, 1999, p.19)

No campo da educação, outro aspecto fundamental é a avaliação, que apresenta os resultados do processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação ajuda a melhorar a educação e, de certa forma, nunca tem fim, pois cada atividade realizada por um indivíduo é submetida a uma análise para determinar se alcançou ou não os objetivos pretendidos. Existem vários tipos de educação dentre eles destacamos a Formal, Não Formal e a Informal.

Segundo o MEC a Educação formal consiste em sistemas formais de ensino oferecidos por instituições – escolas, faculdades, universidades e outras – públicas e particulares, nos diferentes níveis. Podemos afirmar que são as

legalmente e universalmente aceites. A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. Vieira (2005) define educação formal como aquela que ocorre nos espaços formais de educação, a não formal como a que ocorre em ambientes não formais, mas em situações onde há intenção de ensinar e desenvolver aprendizagens e a informal como a que ocorre em situações informais como conversa entre amigos, entre outros.

A Educação Não Formal consiste em uma atividade organizada fora da instituição de ensino, mas com objetivos previamente definidos. Vieira (2005) define a educação não formal como aquela que acontece fora do ambiente escolar, podendo ocorrer em vários espaços, institucionalizados ou não:

Assim, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005, p. 21).

Educação Informal é um processo contínuo, assistemático e não organizado, que contempla as vivências cotidianas do sujeito, um exemplo é a educação que recebemos dia pois dia em casa. A que salientar que a Educação formal desenvolvida em qualquer tempo e espaço sempre é influenciada por aspectos políticos, econômicos, sociais, epistemológicos, filosóficos e psicológicos.

Para Libâneo (2005), o processo educativo em estabelecimentos de ensino, os conhecimentos e habilidades são transferidos para as crianças, jovens e adultos sempre com o objetivo desenvolver o raciocínio dos alunos, ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade. Hegel em sua teoria "epistemologia genética", a partir do nascimento os seres humanos são submetidos a fases de desenvolvimento cognitivo, do qual ele descreve quatro estágios de desenvolvimento: sensório, pré-operacional,

operacional concreto e operacional formal. Ele acreditava que essas etapas devem ser preenchidas de forma linear e do conhecimento foi construído pelo indivíduo através da ação e que, portanto, o meio ambiente e os conhecimentos inatos ou não influenciou nesta evolução. Seu trabalho foi em grande parte observacional e ele é creditado com o uso de termos como assimilação e acomodação. Podendo afirmar que a educação não só tarefa da escola, mas também de os pais, família, a sociedade.

Segundo Gohn (2006), o processo educacional, antes de tudo, é fundamental a formação do bom caráter e o refinamento das atitudes. De nada adianta a pessoa dominar os instrumentos do conhecimento e praticar atos desonestos que prejudicam a população, como, por exemplo, o caso de alguns políticos. O fracasso para educar o espírito humano, e a negligência no desenvolvimento do caráter, contribuíram para o surgimento ou continuidade de vários problemas sociais, aparentemente sem solução. Devemos ainda lembrar que o corpo e a mente são instrumentos para atrair e aperfeiçoar o espírito do indivíduo.

Podemos finalizar dizendo que a finalidade da educação é regular, de maneira consciente, o relacionamento entre as pessoas, mostrando-nos como seguir determinadas regras em voga para que consigamos viver em Sociedade. Entretanto, educar é ensinar com o exemplo e aprender com os alheios pois para ser educado não é necessário ter-se cultura ou vice-versa. Porém quando vivermos num mundo mais educado, certamente seremos mais felizes, é apenas uma questão de consciência geral.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para realização da presente pesquisa, sendo ela uma pesquisa científica, se pressupõe ser conduzida seguindo regras e convenções da ciência. Isso significa que é baseada na lógica, na razão e na análise sistemática de evidências. De forma ideal, segundo Creswell (2010), o modelo científico dita que os mesmos ou outros pesquisadores devem conseguir reproduzir a pesquisa, chegando a conclusões similares (embora isso nem sempre seja

possível ou viável). Como forma de dar melhor abordagem ou encaminhamento, durante a coleta de dados será usar a Pesquisa Qualitativa.

Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa considera que a maior preocupação do pesquisador não deve ser representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Ao utilizar os métodos qualitativos busca-se explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Creswell (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa “é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador”. (CRESWELL, 2010, p. 215).

As características da pesquisa qualitativa, segundo Creswell (2010), são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de

resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

### **5.1. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO**

Nessa pesquisa pretendemos usar a etnografia como estratégia de investigação, por possibilitar uma aproximação à complexidade do mundo social dos participantes que permitirá compreender os significados cotidianos, “o ponto de vista nativo”, através da observação participante, como propôs Malinowski (2009). A observação participante foi inaugurada por Malinowski nas duas primeiras décadas do século XX, quando ele se dedicou a um estudo entre os nativos das ilhas Trobriand na costa da Nova Guiné. O autor partia da imersão na vida cotidiana dos nativos como elemento fundamental de seu método. Apesar da distância temporal que separa a obra de Malinowski dos dias de hoje, ela continua sendo a grande referência do método etnográfico, uma das principais contribuições da antropologia à Ciência. Ademais, como afirma Pimentel, nesta perspectiva de análise a etnografia se coloca com um instrumento de interpretação e tradução de contextos capazes de articular as implicações entre objetividade e subjetividade presentes na observação e leitura sistemática dos processos sociais.

As contribuições contemporâneas da antropologia trouxeram à cena a etnografia apresentando-a como uma importante referência de investigação à medida que nos sugere tomar as culturas como narrativas que traduzem o social, indicando que a cultura é um contexto dentro do qual se desenvolvem sistemas simbólicos que narram os processos sociais, oferecendo (ao observador) possibilidades interpretativas e analíticas a partir de descrições densas daquilo que é observado (GEERTZ, 1989, p.24).

A Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. Podemos considerar que a Observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista semiestruturada ou livre, embora

também com outras técnicas como análise documental, se bem que a mesma possa ser aplicada de modo exclusivo.

Além da observação participante, serão utilizadas entrevistas com professores e alunos, questionário, além de conversas informais. O período de observação deve ser em torno de seis meses ou mais, pois possibilitara um maior acesso aos estudantes assim como verificação mais detalhada dos resultados. A maioria das entrevistas serão marcadas ao longo dos meses que se seguirem à observação.

De acordo com Spradley (1980), na abordagem por “Observação participante” há que realçar que os objetivos vão muito além da mera descrição dos componentes de uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento. Face à intersubjetividade presente em cada momento, a observação em situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo.

A Observação enquanto técnica exige treino disciplinado, preparação cuidada e conjuga alguns atributos indispensáveis ao observador-investigador, tais como atenção, sensibilidade e paciência. Tem por referência o(s) objetivo(s), favorecendo uma abordagem indutiva, com natural redução de “pré-concepções”. A possibilidade de vir a clarificar aspectos observados e anotados em posterior entrevista e em observações mais focalizadas, constitui um ganho excepcional face a outras técnicas de investigação. Podemos afirmar ainda que a Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto.

O trabalho estará dividido em cinco (5) etapas:

- A primeira etapa que será a seleção dos alunos, professores e técnicos a participar da Observação;
- Segunda etapa a observação;

- Terceira etapa realização das entrevistas dos alunos, professores e técnicos que estavam participando a Observação;
- Quarta etapa análise e organização dos dados;
- Quinta e última etapa devolutiva da pesquisa nas escolas participantes;

## 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Atividades / Etapas	2017/2018											
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
1) Escolha do tema	X											
2) Revisão bibliográfica / Fichamento		X	X	X	X	x	x					
3) Elaboração do anteprojeto				X	X							
4) Apresentação do projeto						X						
5) Coleta de dados						X	X	X				
6) Análise dos dados								X	X			
11) Redação de Relatórios e textos para publicação											X	X
12) Devolutiva da Pesquisa												

## 7. RESULTADOS ESPERADOS

A formação cultural de qualquer indivíduo e de qualquer sociedade se caracteriza pela síntese de etnias e culturas, pela diversidade de fisionomias, pela multiculturalidade existente e pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito. Essa junção de características gera conflitos em casa, na rua, no trabalho e na escola. A superação do racismo ainda presente em nossa sociedade é uma necessidade

moral e uma tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesse esforço.

Neste processo tenso e conflituoso que nasce das discussões sobre a educação das relações étnico-raciais e sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, existe a pressão para que ocorra o enraizamento da Lei nº 10.639/2003 para a alteração do currículo hegemônico. A obrigatoriedade da inclusão desta temática não pode ser em forma de pequenos acréscimos de conteúdos aos currículos: implica repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas e procedimentos de ensino.

É fundamental, também, que a elaboração dos currículos, livros escolares e materiais de ensino estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. Mais do que isso, é indispensável que reflitam as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras. Ignorar essas contribuições – ou não lhes dar o devido reconhecimento – é também uma forma de discriminação racial. Urge o combate do preconceito na escola. Porém é preciso antes disso que professores reconheçam à presença do preconceito em sala de aula e que a escola possa desmistificar a ideia de ser um lugar onde paira a igualdade racial. É preciso pensar em uma educação que sirva para abrir os espíritos, não para fechá-los, que respeite e promova o respeito às diferenças culturais, que ajude a fortalecer o ideal da igualdade de oportunidades.

A escola não é o único espaço e/ou responsável para alterar as desigualdades étnico-raciais vigentes, mas ela pode contribuir, enquanto espaço formativo legitimado socialmente, para mudá-las, para trazer questionamento à essas relações na sociedade. Conforme destacam as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), a luta contra o racismo, pelo fim das desigualdades racial e social e para a promoção da reeducação das relações étnico-raciais não são ações exclusivas da escola. As diferentes formas de atitudes de preconceito e discriminação não nascem nas instituições de ensino. Entretanto, o racismo, as desigualdades e as discriminações perpassam este espaço e as escolas têm um importante papel para combater a discriminação, e

propiciar o acesso aos conhecimentos científicos e registros culturais diferenciados.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazem do Ipê, 2006.

APPIAH, Kwame A. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/ SEF, 2005.

BRASIL. Lei 9394 – 24 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Diversidade sociocultural na escola e a dialética da exclusão inclusão. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de. (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

CASTRO, Mary Garcia **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade** in: Mary Garcia Castro. —Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

- CAVALLEIRO, E. "Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor". In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.
- FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito/ Rita de Cássia Fazzi. – 1º reimp.- Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2ª ed.; São Paulo: Scipione, 1991
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, n.23, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, Marise Nogueira (et all.) **Diversidade na Educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e báculo como símbolos da identidade negra/ Nilma Lino Gomes. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2008.
- GUIMARAES, Antônio Sergio A. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação Pesquisa, São Paulo. V.29, n.1, p.93-107, jan./jun.2003.
- GUIMARAES, Antônio Sergio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- GUIMARÃES. Antônio Sérgio Alfredo. **Intelectuais negros e modernidade no Brasil**. Departamento de Sociologia. USP, 1995.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. de. (Org.). **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.
- KANT, Immanuel 1781: **Kritik der reinen Vernunft**, 2ª ed.1786 (Trad. Port.: Crítica da Razão Pura, de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994).

LIMA, Maria Batista; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Africanidades, currículo e formação docente: desafios e possibilidades. In: MELO, Maros Ribeiro de; LIMA, Maria Batista; LOPES, Edinéia Tavares (Orgs.). **Identidades e alteridades**: debates e práticas a partir do cotidiano escolar. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MACHADO, Vanda da Silva. **Aspectos do universo cultural de crianças do Ylê Axé Ópo Afonjá**- uma perspectiva de formação de conceitos na pré-escola. Salvador – BA. FAGED/UFBA, 1989. (Dissertação de Mestrado).

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper (1884-1942). **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2 eds. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção os pensadores).

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2 eds. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

ORTIZ, Cisele. **Só não enxerga quem não quer**: Racismo e preconceito na Educação Infantil. Revista Avisalá, nº 23, nov. 2005.

\_\_\_\_\_ Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.